

JUVENTUDE LGBTQIA+ E FAMÍLIA: ENTRE O ACOLHIMENTO E A REJEIÇÃO¹

LGBTQIA+ YOUTH AND FAMILY: BETWEEN WELCOME AND REJECTION

Tales Gandi Veloso de Andrade²

Mariana Timótea Godinho³

Ludmila de Paula Soares⁴

Resumo: a revelação da sexualidade pelos filhos, a fatídica “saída do armário”, configura-se como um momento delicado, marcado por diversas nuances e potencialmente gerador de tensões no âmbito familiar. Atento a esse fenômeno, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios vivenciados por jovens LGBTQIA+, com foco específico em lésbicas, gays e pessoas transexuais (LGT), no processo de afirmação de sua sexualidade e/ou identidade de gênero, bem como as reações de seus familiares diante dessa revelação. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas em uma escola pública do município de Montes Claros (MG), por meio das quais foram coletados relatos de duas jovens em processo de transição de gênero que enfrentam conflitos familiares em razão de sua identidade. A investigação foi complementada por levantamento bibliográfico, ancorando-se no campo da antropologia da juventude, com base em autores como Pereira (2007), Simmel (2005; 2006) e Maffesoli (1998). Os resultados indicam que a juventude é um período no qual muitos sujeitos LGBTQIA+ passam a compreender sua sexualidade e identidade de gênero, despertando, consequentemente, o desejo de expressá-las socialmente. Contudo, a aceitação desses jovens está condicionada a fatores como a moratória social de que dispõem e o grau de abertura da estrutura familiar à qual pertencem. Observa-se que, enquanto jovens com redes sólidas de sociabilidade e apoio familiar tendem a vivenciar esse processo com menos rupturas, aqueles inseridos em contextos conservadores, com escasso suporte social e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enfrentam trajetórias marcadas por sofrimento, silenciamento e exclusão.

Palavras-chave: Juventude LGBTQIA+; Família; Gênero; Sexualidade.

Abstract: the disclosure of one's sexuality, often referred to as “coming out of the closet”, is a delicate moment, marked by various nuances and frequently generating tensions within the family environment. Aware of this phenomenon, the present article aims to analyze the challenges experienced by LGBTQIA+ youth – with a specific focus on lesbians, gay men, and transgender individuals (LGT) – in the process of affirming their sexuality and/or gender identity, as well as the reactions of their families to such revelations. This study adopts a qualitative approach, including interviews conducted at a public school in the municipality of Montes Claros (MG), through which testimonies were collected from two young individuals undergoing gender transition who reported experiencing family conflict due to their gender identity. The research is also supported by a bibliographic review, grounded in the field of the anthropology of youth, drawing on authors such as Pereira (2007), Simmel (2005; 2006), and Maffesoli (1998). The findings suggest that youth is a life stage during which many LGBTQIA+ individuals come to understand their sexuality and gender identity, which often leads to the desire for disclosure. However, acceptance by family members is shown to be highly dependent on factors such as the social moratorium available to the individual and the degree of openness within the family structure. While youth with strong support networks and liberal family environments tend to experience this process more smoothly, those embedded in conservative contexts, lacking social support and living under socioeconomic vulnerability, face significantly more difficult and painful journeys marked by rejection, silencing, and exclusion.

Keywords: LGBTQIA+; Youth; Family; Gender; Sexuality.

¹ Este texto nasce como proposta para a conclusão da disciplina “Antropologia da Juventude”, desenvolvida pelo professor Dr. Giancarlo Marques Machado, no curso de ciências sociais, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

² Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM-UFMG). É bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

³ Licenciada em Filosofia pela Unimontes; Graduanda em Ciências Sociais pela mesma instituição e Pós Graduanda em Atendimento Educacional Especializado, pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Professora de Filosofia na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

⁴ Graduanda do curso de Ciências Sociais e Ciências da Religião pela Unimontes.

1 INTRODUÇÃO⁵

Falar sobre juventude implica reconhecer a pluralidade de identidades forjadas por meio de construções sociais e culturais, uma vez que a heterogeneidade constitui uma característica intrínseca a essa etapa do desenvolvimento humano. A juventude configura-se como um período marcado pela formação e reconfiguração de identidades, tanto subjetivas quanto coletivas, mediadas por relações interpessoais e contextos socioculturais específicos. Diante desse panorama, o presente artigo propõe-se a investigar uma expressão particular da juventude contemporânea: os jovens LGBTQIA+. O foco da análise recai, sobretudo, sobre a relação desses sujeitos com a instituição familiar, considerando os tensionamentos, dinâmicas e processos de (re)significação que atravessam essa convivência.

É amplamente reconhecido que o momento de revelação da sexualidade pelos filhos, a fatídica “saída do armário”, é um fato que acarreta diversas nuances. Se por um lado, quando se trata de famílias abertas e tolerantes, a revelação da sexualidade é permeada pela aceitação e o acolhimento, refletindo no fortalecimento de laços e da confiança intrafamiliar, por outro lado, quando se trata de famílias mais conservadoras, como é realidade em muitos lares brasileiros, há, contrariamente, a vivência de dramas e conflitos acirrados, atravessados por sentimentos de rejeição, rupturas nos laços familiares e, em casos extremos, episódios de violência física, emocional ou simbólica. Tais circunstâncias podem culminar na expulsão desses jovens do ambiente doméstico, gerando consequências significativas em suas trajetórias subjetivas, sociais e psicológicas.

Para o desenvolvimento dessa discussão, houve o levantamento bibliográfico de textos que abordam a juventude, especialmente pelo olhar da antropologia da juventude, como é o caso de autores como Pereira (2007), Simmel (2005; 2006) e Maffesoli (1998). Também foram reunidos trabalhos etnográficos, incluindo artigos e monografias, de autores que investigam a relação dos jovens LGBTQIA+ com suas famílias, dentre eles, Perucchi, Brandão e Vieira (2014); Silva (2019); e Oliveira e Barreto (2019). Além disso, desenvolveu-se um trabalho de campo em uma escola pública no município de Montes Claros (MG), na qual foi possível reunir relatos de duas jovens em processo de transição de gênero, que vivenciam conflitos familiares devido à sua sexualidade e identidade de gênero.

No que tange à apresentação dessa discussão, esse artigo se encontra organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, busca-se definir juventude através de um olhar antropológico; posteriormente, discutem-se os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, fundamentais para a compreensão da singularidade que envolve a juventude LGBTQIA+; por conseguinte, salienta-se a reivindicação dos jovens à sua sexualidade e/ou identidade de gênero, visto no movimento de “saída do armário”, bem como enfrentamento à homofobia, essencialmente no ambiente familiar; por fim, apresentam-se as entrevistas

⁵Este trabalho contou com o auxílio de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA), como o ChatGPT (<https://chatgpt.com/>), utilizadas exclusivamente para fins de correção gramatical, tradução para idiomas estrangeiros e apoio na sistematização e interpretação de dados oriundos das entrevistas realizadas.

colhidas através trabalho de campo junto aos jovens em idade escolar, bem como as análises advindas de seus relatos.

2 JUVENTUDE: UMA DEFINIÇÃO ANTROPOLÓGICA

Em uma análise da juventude sob a ótica das ciências sociais, o antropólogo Alexandre Pereira (2007) empreende um resgate conceitual do termo, reunindo contribuições de diversos estudiosos, especialmente no campo da antropologia. Inicialmente, destaca a perspectiva crítica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que aborda a categoria “juventude” com certo ceticismo, ao considerar que as divisões etárias são construções arbitrárias. Para Bourdieu (1983), os recortes geracionais devem ser compreendidos como construções dialéticas, uma vez que a definição de “jovem” só adquire sentido em contraposição ao que é considerado “velho”. Nessa perspectiva, a juventude não se configura como uma categoria objetiva, mas como um termo relacional, cujo significado emerge da oposição entre o novo e o antigo. No entanto, Pereira (2007) ressalta que outros autores propõem abordagens que transcendem os limites etários, compreendendo a juventude como uma experiência socialmente situada e heterogênea, vivida de maneiras diversas conforme os contextos históricos, culturais e individuais.

Em um resgate histórico acerca da constituição da categoria juventude, Pereira (2007) recorre às contribuições do historiador Philippe Ariès (1978) e do sociólogo James Coleman (1961) para contextualizar o surgimento dessa noção. Segundo tais autores, a concepção de juventude começou a se delinear apenas a partir do século XVII, em função do advento do processo de escolarização. Nesse contexto, as crianças foram, pela primeira vez, apartadas do universo adulto, passando a ser reconhecidas como um grupo social que demandava uma educação formal. A instituição escolar, portanto, tornou-se o espaço privilegiado para a construção dessa diferenciação. Posteriormente, verifica-se uma nova segmentação: a separação entre as crianças, alocadas no ensino primário, e os jovens, inseridos no ensino secundário (*high school*). A partir daí, os jovens passam a ser reconhecidos como um grupo etário específico, situado entre a infância e a idade adulta. Tal reconhecimento possibilitou o surgimento de formas próprias de sociabilidade e a consolidação de uma identidade juvenil. Esse fenômeno despertou o interesse de diversos estudiosos, alguns dos quais chegaram a sugerir o aparecimento de um novo tipo de subjetividade: uma cultura juvenil com traços simbólicos e comportamentais singulares.

Outro fator determinante para o surgimento de uma identidade juvenil foi o processo de urbanização. A partir da perspectiva do sociólogo alemão Georg Simmel (2005), a dinâmica entre campo e cidade imprime características distintas nos indivíduos. Enquanto o sujeito do meio rural tende a estar mais enraizado em tradições e práticas comunitárias, o habitante urbano se vê inserido em um contexto marcado pela multiplicidade de estímulos,

pela efemeridade das relações e pela constante transformação social. Nesse contraste, Simmel propõe uma distinção entre dois modos de existência: o mundo tradicional do campo e a experiência fragmentada e acelerada da vida nas cidades. Sob esse prisma, a urbanização se apresenta como um terreno fértil para a emergência de novos estilos de vida e identidades sociais, favorecendo a pluralização das experiências juvenis e ampliando as possibilidades de expressão e pertencimento desse grupo. A vida urbana, com sua complexidade e diversidade, contribui, portanto, para a construção de uma cultura juvenil mais autônoma, dinâmica e multifacetada.

Diversos estudos antropológicos ressaltam a idade como um elemento estruturante das relações sociais, especialmente no que tange à distinção e organização entre grupos. Como observa Pereira (2007, p. 5), a “[...] idade é considerada, junto com o sexo, um princípio de organização social universal”. Nesse sentido, observa-se o desenvolvimento, no campo da antropologia, de uma vertente dedicada à análise das idades, suscitando reflexões acerca das formas diferenciadas de interação entre os grupos sociais a partir dos recortes etários. É nesse contexto que emerge a chamada “antropologia da juventude”, perspectiva que reconhece a especificidade das experiências juvenis e a singularidade dos processos de socialização entre jovens, despertando o interesse de diversos pesquisadores. No entanto, ainda que se observe o avanço de um campo de estudos voltado à compreensão da juventude, é fundamental destacar que os jovens não constituem um grupo homogêneo. Ao contrário, há múltiplas juventudes e culturas juvenis, atravessadas por marcadores como classe, gênero, etnia, território e orientação sexual, o que confere complexidade e diversidade à vivência juvenil contemporânea.

Um exemplo dessa pluralidade manifesta-se nos grupos de jovens que se organizam em torno de estilos próprios e práticas específicas, fenômeno que dá origem ao conceito de “tribos urbanas”. Nesse contexto, o antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani (1992, p. 49) define tribo urbana como “pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares em contraste com o caráter homogêneo e massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades”. Por sua vez, o sociólogo francês Michel Maffesoli (1998) critica a noção de tribo como um conceito fixo, propondo que ela deve ser compreendida como algo fluido e mutável, em que os indivíduos pertencentes a uma mesma tribo urbana podem apresentar características e identidades heterogêneas. Dessa forma, o emprego do termo “tribo” revela-se problemático na medida em que pode induzir a uma percepção equivocada de homogeneidade dentro desses grupos, quando, na realidade, eles são marcados por uma diversidade interna significativa.

Seguindo essa perspectiva, Pereira (2007), valendo-se das contribuições de Margulis e Urresti (1996), destaca que a juventude manifesta-se de formas distintas, uma vez que essa fase da vida é vivenciada de maneira desigual entre os jovens, especialmente quando se consideram determinantes sociais como classe, raça, gênero e regionalidade. As

implicações dessas diferenças são evidenciadas no conceito de moratória social, utilizado pelos autores para descrever o prolongamento e a complexidade dos processos de transição para a vida adulta em determinados grupos sociais.

A moratória social refere-se à possibilidade que os jovens têm de dedicar-se ao “ser jovem”, ou seja, de experimentar uma fase marcada por permissividade, em que as responsabilidades e exigências típicas da vida adulta são temporariamente postergadas. Nesse sentido, jovens provenientes de classes sociais economicamente privilegiadas tendem a usufruir de uma moratória social mais ampla e prolongada, o que lhes permite vivenciar a juventude com maior comodidade e liberdade. Em contrapartida, jovens oriundos de classes populares e contextos socioeconômicos desfavorecidos apresentam uma moratória social significativamente reduzida, visto que enfrentam limitações que impedem a fruição plena dessa fase, obrigando-os a assumir precocemente responsabilidades e a vivenciar a juventude de forma mais restrita (Margulis; Urresti, 1996 *apud* Pereira, 2007).

Nessa perspectiva, é possível identificar diversos fatores sociais que influenciam a qualidade da moratória social desfrutada pelos jovens. A classe social se destaca como um elemento fundamental, visto que indivíduos oriundos de camadas socioeconômicas mais baixas experienciam uma juventude permeada por limitações advindas da carência financeira. O gênero também desempenha papel significativo, uma vez que os papéis socialmente construídos e o sexismo restringem a liberdade das mulheres. Além disso, a raça constitui um fator determinante, considerando que o racismo acarreta maiores dificuldades para os jovens negros, manifestadas em vulnerabilidades sociais, exposição à violência e discriminação (Andrade *et al.*, 2024). Outro grupo juvenil cuja moratória social se encontra limitada é aquele que integra a comunidade LGBTQIA+, pois a estrutura social vigente, marcada por valores conservadores e cisheteronormativos, impõe barreiras ao exercício pleno da liberdade sexual e da afirmação da identidade de gênero desses jovens.

Diante disso, pode-se afirmar que o conceito de juventude assume múltiplos sentidos, constituindo-se como uma lente para compreender a diversidade de sujeitos e as distintas condições sociais que atravessam essa fase da vida. A seguir, a análise direciona-se aos jovens LGBTQIA+, destacando as especificidades dessa parcela da juventude e os desafios que enfrentam, sobretudo no que concerne à aceitação no âmbito familiar.

3 JUVENTUDE LGBTQIA+

Antes de abordar a relação entre a juventude LGBTQIA+ e seus núcleos familiares, faz-se necessário reconhecer a pluralidade que permeia esse grupo, frequentemente percebido de forma homogênea. Essa diversidade manifesta-se, sobretudo, nas variáveis relacionadas ao sexo, gênero e sexualidade, sendo fundamental para a compreensão das complexas

nuances que compõem o arranjo da sigla LGBTQIA+ e os significados atribuídos a cada uma de suas letras. Trata-se, portanto, de uma juventude múltipla, cujas experiências são marcadas por trajetórias distintas de afirmação identitária e inserção social.

O sexo é comumente compreendido como uma característica pertencente ao campo biológico, associada ao aparato reprodutivo e ao arranjo hormonal que, em termos convencionais, diferencia corpos classificados como masculinos ou femininos. No entanto, a mera atribuição sexual não é suficiente para explicar a complexidade da subjetividade humana, tampouco as relações de poder que perpassam a sociedade por meio da divisão sexual do trabalho e da expectativa normativa de comportamentos. Como afirma a filósofa norte-americana Judith Butler (2024, p. 39), “muitas vezes, o futuro do bebê é imaginado ou desejado por meio do ato de atribuir-lhe um sexo, portanto, a atribuição de sexo não é uma simples descrição de fatos anatômicos, mas uma maneira de imaginar o que esses fatos vão – ou deveriam – significar”. É a partir dessa crítica que se fortalece o debate em torno das questões de gênero, entendido como uma construção sociocultural que ultrapassa os limites da biologia e molda papéis, identidades e expectativas em torno do corpo e da subjetividade.

O gênero, por sua vez, está vinculado a fatores sociais e culturais, sendo compreendido como uma construção histórica que define expectativas, comportamentos e papéis sociais atribuídos aos indivíduos com base no sexo designado ao nascimento. Nesse sentido, Judith Butler (2024), em consonância com a historiadora Joan Scott (1989), argumenta que o gênero não é uma expressão natural do sexo biológico, mas uma categoria analítica fundamental para compreender as formas como o poder se estrutura nas relações sociais. Para Butler, o gênero é performativo, isto é, ele não representa uma identidade fixa, mas se constitui por meio de repetidas práticas discursivas e sociais. Já Scott defende que o gênero deve ser concebido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, como uma forma primária de significar as relações de poder:

“Gênero”, por outro lado, é um termo muito mais amplo e nem sempre se refere a uma pessoa em particular, a seu sentido profundo de si ou ao modo como manifesta certas características legíveis. [...] Para Scott, ao revisitar em 2010 seu artigo inovador, “gênero” não é o que alguém é, mas um modo de interrogar os vários significados que permeiam a relação entre os sexos. Sua visão de gênero requer uma noção de diferença sexual, e essa noção, para além de qualquer tipo de essencialismo biológico, também deve ser interrogada por seus significados históricos e fantasmáticos (Buttler, 2024, p. 204).

Diante dessa relação, é possível afirmar que o gênero opera como um dispositivo central na organização social, afetando diretamente a vivência de jovens LGBTQIA+ e suas possibilidades de reconhecimento e pertencimento.

Nesse íterim, é fundamental distinguir, também, os conceitos de gênero e sexualidade, ainda frequentemente confundidos no senso comum. A sexualidade diz respeito às pulsões, afetos e desejos dos indivíduos, estando relacionada à atração sexual e afetiva, bem como às preferências e orientações do desejo. Entre os principais exemplos de orientações sexuais, pode-se citar a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade e a assexualidade. O gênero, por sua vez, refere-se à identidade, isto é, à forma como a pessoa se reconhece e se posiciona no espectro de gênero, independentemente do sexo biológico atribuído ao nascimento. Nas palavras de Judith Butler (2024, p. 204), “[...] identidade de gênero é um sentido profundo de como alguém se encaixa no contexto marcado pelo gênero, na realidade vivida de seu próprio corpo no mundo”. Exemplos de identidades de gênero incluem a cisgeneridade (quando identidade de gênero e sexo atribuído coincidem), a transgeneridade (quando não coincidem) e a não-binariedade (quando a identidade não se enquadra nas categorias tradicionais de masculino ou feminino). Assim, quando se trata da sexualidade de uma pessoa, utiliza-se o termo “orientação sexual”; ao passo que, quando se refere ao modo como ela se identifica em termos de gênero, fala-se em “identidade de gênero”.

Orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, isto é, que se desviam das normas impostas pela cisheteronormatividade, enfrentam diversos desafios em uma sociedade estruturada sobre bases conservadoras e patriarcais. A não conformidade a esses padrões normativos frequentemente resulta em estigmatização, discriminação e, em muitos casos, em diferentes formas de violência direcionadas à comunidade LGBTQIA+. Esses fatores impactam diretamente a vivência da juventude LGBTQIA+, interferindo de maneira significativa na qualidade de sua moratória social. A hostilidade social e familiar restringe não apenas a liberdade de expressão corporal e identitária, mas também o direito de amar e se relacionar livremente, comprometendo o pleno exercício da autonomia afetivo-sexual desses jovens.

Cada letra que compõe a sigla LGBTQIAPN+ (ou, em sua forma ampliada, LGBTQQICAAPF2K+⁶) representa um campo complexo de experiências, identidades e vivências que, por si só, demandam aprofundamentos teóricos e empíricos específicos. No entanto, diante dos limites propositivos deste estudo, optou-se por delimitar a análise a três identidades específicas: L (lésbicas), G (gays) e T (pessoas trans). A partir desse recorte, busca-se compreender os enfrentamentos vivenciados por essa juventude diante das manifestações de homofobia e transfobia, com ênfase nos conflitos emergentes no momento da revelação de suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais no âmbito familiar.

Na perspectiva de Perucchi, Brandão e Vieira (2014), a homofobia pode ser compreendida como:

⁶ Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, questionando, intersexuais, curioso, assexuais, aliados, pansexuais, polisssexuais, aamiliares, 2-espíritos e kink.

[...] uma atitude hostil a homossexuais, de modo a designar o outro como inferior, anormal, desviante [o seu fundamento se encontra] na hierarquia das sexualidades que, baseada na heteronormatividade, confere à heterossexualidade um status superior e à homossexualidade um lugar marginal [...] A homofobia se aproxima de outras formas de discriminação como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, pois consiste em considerar o outro (no caso o/a homossexual e transgêneros) como desigual, inferior, anormal (Perucchi; Brandão; Vieira, 2014, p. 68).

Nesse contexto, é relevante destacar que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) tipificou a homofobia e a transfobia como crimes equiparados ao racismo, reconhecendo que tais práticas configuram formas de discriminação que atentam contra a dignidade, a liberdade e a própria existência de pessoas LGBTQIA+⁷. Essa decisão histórica reflete o entendimento de que essas violências, embora direcionadas à orientação sexual e identidade de gênero, operam por meio de mecanismos semelhantes aos do racismo estrutural, manifestando-se em práticas de subjugação, desacato e exclusão social. A homofobia, portanto, pode se expressar nos mais diversos espaços e relações sociais – desde o *bullying* vivenciado em ambientes escolares, passando pelos insultos e agressões em espaços públicos, até os discursos de ódio disseminados nas redes digitais. Em muitos casos, ela se revela de forma ainda mais dolorosa no seio familiar, onde a intolerância pode gerar rupturas afetivas, isolamento e sofrimento psíquico profundo.

4 “SOU O FRACASSO DE TUDO AQUILO QUE ESPERAVAM QUE EU FOSSE”: JUVENTUDE LGBTQIA+ E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

A família é concebida por Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p. 69) como “uma instituição por meio da qual um conjunto de valores é transmitido, permitindo aos indivíduos a construção de sua identidade e atribuindo à vida de seus membros um sentido”. Nesse contexto, a família exerce um papel central na formação subjetiva e social dos indivíduos, inclusive no que diz respeito às experiências relacionadas à sexualidade. No caso de jovens homossexuais, os autores destacam que, entre os entrevistados em sua pesquisa, a maioria manifestou sentir-se, em algum momento, compelida a revelar sua orientação sexual aos familiares. Como ilustra o relato de Ruan, um dos jovens participantes do estudo:

Cheguei num ponto que eu não tinha para onde fugir, entendeu? É assim, o armário já tava ficando pequeno pra mim, lá dentro entendeu? Então assim, eu precisava ter essa postura (...) Já fui direto ao meu pai, então assim, era quem precisava saber naquele momento (Ruan, 25 anos).

⁷ STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1>. Acesso em: jul. 2025.

Nesse sentido, a revelação da sexualidade, a fatídica “saída do armário”, é frequentemente atravessada por obstáculos e conflitos, sobretudo no contexto de famílias marcadas por valores conservadores e por uma visão heteronormativa da sexualidade. Diante desse ato de revelação, observa-se que, em vez de exercerem uma função protetiva e acolhedora, muitas famílias assumem um papel de repressão e controle. Como apontam Perucchi, Brandão e Vieira (2014, p. 71), a família, nesses casos, “atua como um dispositivo de reiteração da heteronorma através de formas de violência pautadas na inferiorização das experiências desviantes [...]”. Assim, em vez de constituir um espaço de afeto e aceitação, o ambiente familiar pode se tornar um lugar de exclusão e sofrimento para jovens LGBTQIA+, comprometendo profundamente sua vivência da juventude e o desenvolvimento de sua identidade.

Diante dessa realidade, em que a família frequentemente deixa de exercer sua função como rede de apoio, muitos jovens LGBTQIA+ optam por buscar amparo em círculos de amizade ou na própria comunidade, criando, assim, redes alternativas de sociabilidade e pertencimento. Esses espaços, muitas vezes informais, mas profundamente significativos, configuram-se como locais seguros onde os jovens encontram acolhimento, escuta e a possibilidade de compartilhar experiências e sofrimentos com aqueles que vivenciam dilemas semelhantes. Trata-se, portanto, de ambientes de resistência afetiva e construção coletiva de subjetividades, que desempenham papel fundamental na formação da identidade e na superação das violências cotidianas impostas pela normatividade social.

A sociabilidade, conforme concebida por Georg Simmel (2006), emerge como resultado de uma “sociação” desprovida de interesses utilitários ou materiais, sendo motivada, sobretudo, pelo prazer de estar com os outros e pelo sentimento de pertencimento a um grupo de iguais. Trata-se daquilo que o autor denomina como a forma mais pura de socialização, uma “convivência sociável”, pautada na interação recíproca e no valor intrínseco das relações interpessoais. Para Simmel, a sociabilidade configura-se como uma “forma lúdica de sociação”, na qual os indivíduos compartilham afetos, experiências e reconhecimento mútuo, criando um espaço simbólico de suspensão das pressões e conflitos da vida cotidiana. Nesse sentido, para muitos jovens LGBTQIA+, esses espaços de sociabilidade tornam-se fundamentais, pois possibilitam um afastamento das tensões impostas pela heteronormatividade e pela rejeição familiar. É nesse ambiente de acolhimento e identificação mútua que esses jovens encontram liberdade para expressar sua sexualidade, afirmar sua identidade e experienciar relações marcadas pelo respeito e pela aceitação.

Perucchi, Brandão e Vieira (2014) identificam, ainda, uma forma mais sutil, embora igualmente problemática, de reação familiar diante da sexualidade dissidente dos filhos. Trata-se da postura adotada por famílias que, embora não manifestem intolerância ou violência explícita, evitam sistematicamente qualquer diálogo sobre o tema. Segundo os

autores, “[...] a questão de ‘fingir não ver’ mostra-se como uma maneira que os pais e os familiares se utilizam para evitar o tema, na tentativa de que as práticas desviantes fossem de algum modo caladas ou, ao menos, contidas” (Perucchi *et al.*, 2014, p. 72). Essa estratégia do silêncio, ainda que menos agressiva em sua forma, opera como um mecanismo de invisibilização e controle, negando ao jovem o reconhecimento pleno de sua identidade e restringindo a possibilidade de vivenciar sua sexualidade de maneira legítima e acolhida no espaço familiar.

Nesse sentido, Oliveira e Barreto (2019) identificam, a partir de diversos depoimentos, a ocorrência da substituição de um tipo de silêncio pela retomada de uma “normalidade” discursiva, na qual diversos temas são abordados, porém a homossexualidade permanece excluída do diálogo familiar. Em outras situações, esse silêncio é interpretado como um sinal tácito de aceitação, visto que não há manifestações explícitas de objeção à orientação sexual dos jovens. Tal dinâmica faz com que os filhos questionem a pertinência de revisitar tensões pretéritas, sobretudo considerando o tempo decorrido e a atual percepção da relação familiar como “boa” ou funcional.

Os relatos de jovens LGBTQIA+ evidenciam o papel transformador do tempo nas relações familiares, por meio do qual dinâmicas inicialmente marcadas pelo silêncio e pela indizibilidade passam a ser reconfiguradas e, gradualmente, abertas ao diálogo no ambiente doméstico. Em alguns depoimentos compilados por Oliveira e Barreto (2019), observam-se progressos significativos nas relações com a figura materna, caracterizados pela suspensão dos silenciamentos que outrora permeavam essas vivências. Em contrapartida, a persistência de pequenos conflitos cotidianos na relação com a figura paterna está associada à manutenção de silêncios e dificuldades comunicativas, evidenciando que as transformações afetivas no núcleo familiar podem se dar de maneira desigual.

Sob outra perspectiva, Silva (2019) investiga as relações estabelecidas entre jovens transexuais e seus familiares, destacando tanto semelhanças quanto diferenças significativas no que diz respeito à construção da identidade de gênero e à aceitação social e familiar dessas pessoas. Segundo a autora, a letra “T” da sigla designa indivíduos que se identificam com um gênero distinto daquele atribuído no nascimento. Assim, pessoas transexuais desafiam a binariedade tradicional de gênero imposta socialmente, sendo frequentemente percebidas como corpos “dissidentes” em razão dessa não conformidade com normas hegemônicas de identidade de gênero.

No que concerne às pessoas transexuais, a não identificação e a insatisfação com o gênero atribuído no nascimento frequentemente se manifestam já na infância. Nesse sentido, a família figura como o primeiro espaço no qual tais nuances são percebidas e reconhecidas, como observa Silva (2019):

A família tem um papel muito importante na vida de uma pessoa, fundamentalmente no desenvolvimento psicosssexual de uma criança ou adolescente, pois é no âmbito familiar que acontece as primeiras formas demonstrativas de afeto relacionadas a sexualidade e a construção de uma identidade (Silva, 2019, p. 35).

Em uma sociedade predominantemente cisgênera, a experiência de ser uma pessoa transexual implica conviver constantemente com a ambiguidade e a negação identitária. Por exemplo, uma mulher transsexual, na infância, ainda socializada como menino, enfrenta frequentemente comentários de pessoas próximas que questionam sua masculinidade, expressos por frases como “não anda como homem” ou “não fala como homem”, culminando na desqualificação de sua identidade de gênero com o argumento de que “não é homem”. Posteriormente, ao decidir iniciar a transição, essa mesma pessoa passa a enfrentar afirmações antagônicas, como “não é mulher”, “não se parece com mulher” e “nunca será uma mulher de verdade”. Dessa forma, para pessoas transexuais, há uma constante negação da possibilidade de serem reconhecidas plenamente como homem ou mulher, configurando um estado de exclusão e marginalização social.

Diante dessa realidade, destaca-se a fala da cantora Linn da Quebrada, proferida em 2022: “[...] Trabalho com o erro, com a falha, com o fracasso. Eu sou o fracasso. Eu fracassei. Sou o fracasso de tudo aquilo que esperavam que eu fosse. Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti”⁸. Essa declaração evidencia como a travestilidade, conforme reivindicada por Linn, representa a ocupação de um “não-lugar” marcado pela ambiguidade, pela contradição e pela negação das categorias tradicionais de gênero. Assim, a travesti emerge como uma figura que desafia as normas binárias e hegemônicas, instaurando uma perspectiva crítica sobre as limitações impostas pelas identidades fixas.

O termo “travesti”, que originalmente foi utilizado como insulto direcionado a mulheres transexuais marginalizadas e associadas à prostituição, vem passando por um processo de apropriação e ressignificação por parte de muitas dessas mulheres. Nesse contexto, observa-se que as primeiras mulheres transexuais a ocuparem cadeiras no Congresso Federal - Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT) -, inseridas em um espaço político historicamente conservador em relação à diversidade sexual e de gênero, reivindicam publicamente a identidade travesti como forma de desafiar paradigmas e combater preconceitos profundamente arraigados. Assim, a travestilidade configura-se não apenas como uma identidade de gênero, mas também como uma identidade política, que simboliza uma trajetória de luta, resistência e afirmação frente às exclusões sociais.

Realizada essa breve contextualização, na próxima seção apresentam-se os relatos da juventude LGBTQIA+ reunidos através do trabalho de campo em uma escola pública.

⁸ Big Brother Brasil (2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bukZ3pzVAcl>. Acesso em: 24 nov. 2024.

5 RELATOS DA JUVENTUDE LGBT

Por meio de um trabalho de campo realizado em uma escola pública localizada na cidade de Montes Claros, no norte do estado de Minas Gerais, foi possível entrevistar duas jovens em processo de transição de gênero, as quais relataram conflitos familiares relacionados à sua identidade de gênero. A primeira entrevistada, uma jovem de 17 anos, encontra-se em um estágio inicial de sua transição. Embora ainda utilize seu nome e pronomes masculinos, declara estar em um percurso de afirmação para se reconhecer e viver como mulher transexual:

Eu tenho 17 anos, moro numa região com potencial e que está em constante crescimento em Montes Claros. Planejo ser uma mulher trans; logo, para minha infelicidade, nasci como menino, e isso me deixa profundamente mal, pois o mundo, a sociedade e minha família abominam e demonizam completamente a ideia. Decorrente disso, tenho vários problemas emocionais e mentais. Vamos começar pela minha família, ela é normal dentre muitas, nela eu só considero uma pessoa, meu irmão gêmeo, que também pensa como eu; também planeja ser uma mulher trans. Ambos sofremos preconceitos de nossos familiares todos os dias. É tudo muito sufocante, e isso fica pior com minha disforia de gênero. [O que seria disforia de gênero?] Basicamente sinto uma grande aversão ao meu corpo, pois ele não é da maneira que eu quero que seja. Para ter os traços femininos, eu e meu irmão fazemos uso de anticoncepcionais, que tem efeitos colaterais no corpo e na mente, mas mesmo assim ele alivia minha disforia de gênero que tanto me atormenta.

A jovem que tece seus relatos expressando sua desconformidade e insatisfação com o gênero atribuído ao nascimento, manifestando uma aversão ao corpo masculino, ao que denomina como “disforia de gênero”. Nesse contexto, já iniciou terapia hormonal e está em processo de afirmação de sua identidade como mulher transexual. Ela destaca que a sociedade, especialmente sua família, “abomina” e “demoniza” sua identidade de gênero, o que a coloca em constante convivência com o preconceito e a rejeição no ambiente familiar. Essa hostilidade tem impactos significativos sobre sua saúde física e mental, comprometendo seu bem-estar integral:

As pessoas das ruas e do centro até me tratam melhor que minha família, mas mesmo assim, eu sei e sinto e presenciei o preconceito e nojo “descarado” de muitas pessoas que não tentam esconder nem um pouco disso. E você me pergunta como vou escapar disso? Impossível. Na escola, em casa, na rua, no curso, no trabalho, em todos os cantos alguém me olha com nojo, ou debocha ou riem de mim. Sendo sincero, eu espero parar de odiar tudo e todos; estou fazendo tratamento, estou fazendo terapia para que eu consiga me amar e amar os outros. Eu não pedi para ser assim, e é isso que mais me machuca. Eu odeio viver assim. Mas ultimamente me sinto otimista, irei estudar e me tornar uma mulher linda e invejável e de grande respeito. Irei e quero esmagar tudo e todos que me fizeram mal, foi eles que me fizeram assim.

Ao longo de seu depoimento, a estudante expressa que é constantemente vista pela sociedade com desprezo, seja no ambiente escolar, acadêmico, nas ruas, em sua residência ou no trabalho. Apesar desse tratamento hostil, manifesta a esperança de que, em algum momento, consiga superar o rancor dirigido às pessoas que a oprimem. Não obstante os inúmeros desafios enfrentados, a jovem mantém um sentimento de otimismo em relação ao futuro, afirmando estar trilhando o caminho para realizar seu sonho de se tornar uma “mulher linda, invejável e digna de grande respeito”.

O segundo relato é de uma jovem também de 17 anos, cuja trajetória apresenta semelhanças marcantes com a da primeira entrevistada. Em processo de transição de gênero, ela relata não encontrar acolhimento nem na sociedade nem no seio familiar. Ademais, destaca ter sido vítima de múltiplas formas de violência motivadas pela sua identidade de gênero:

Sou uma pessoa em processo de transição de gênero através do procedimento transexualizado do SUS. Tenho 17 anos de idade, tenho a pele parda escura e ainda continuo minha luta para minha ascensão socioeconômica e também para minha satisfação com minha harmonização por transição de gênero. Nasci e permaneço em uma família de classe baixa, minha mãe passou toda a sua vida trabalhando de cabeleireira até desgastar e adoecer suas pernas, pela minha educação e pelas poucas políticas públicas e poucas oportunidades, ainda assim ela não conseguiu fazer muita coisa. Estudo em escola pública. Desde a infância eu vivenciei preconceito que inflamam nossa sociedade: já fui vítima de racismo, homofobia e transfobia nas escolas, dentro de casa, na rua; onde mesmo já aconteceu de levar cuspe de pessoas que tinham preconceito comigo. Por conta da minha transexualidade, que manifesta desde a infância, sofri além de preconceito, abuso sexual e pressão religiosa da família, da igreja que minha família frequentava. Meus pais se separaram e, a partir disso, minha vida virou uma bagunça, não possuindo um lar fixo desde então, e escutando sempre meus familiares e parentes frequentemente afirmando que não importava onde eu morasse e com que morasse não teria um lar. A aceitação é como uma gangorra, me faz subir de esperança e decair de decepção ou angústia, boa parte dos familiares fingem que aceitam, mas só ignoram o máximo possível o fato de ser LGBTQIA+. Quando quero expressar meu gênero, me menosprezam e oprimem o meu desejo. Dentro de casa já sofro agressão física, pois ninguém espera que seu afilhado seja trans. Minha vida é rodeada de acontecimentos e experiências muito fortes. Não consigo resumir em poucas palavras no papel, já fugi de casa aos 13 anos, de Minas Gerais parei em Campinas.

O relato da jovem evidencia a interseccionalidade das opressões que ela enfrenta, marcada pela confluência de múltiplos fatores sociais, como raça, classe, gênero e orientação sexual, que moldam sua vivência e dificultam seu processo de afirmação identitária e inclusão social. Ao mencionar sua pele “parda escura” e a origem em uma família de classe baixa, a jovem destaca a influência das desigualdades socioeconômicas e do racismo que permeiam sua trajetória, elementos que reverberam na limitação das

oportunidades educacionais e profissionais, bem como no adoecimento da mãe, que representa a precariedade das condições de vida.

A exposição ao preconceito desde a infância, em diferentes espaços sociais, incluindo a escola, o ambiente doméstico e a rua, evidencia a persistência de violências estruturais e cotidianas que marcam a experiência de jovens LGBTQIA+ racializados e periféricos, naturalmente de baixa moratória social. A referência ao abuso sexual e à pressão religiosa demonstra a complexidade das violências simbólicas e materiais que atravessam não apenas os espaços públicos, mas também o núcleo familiar e comunitário, onde o conservadorismo e o fundamentalismo religioso podem agir como mecanismo de exclusão e repressão.

A instabilidade familiar, agravada pela separação dos pais e pela ausência de um lar fixo, ressalta a fragilidade das redes de apoio tradicionais e o impacto da rejeição familiar, que somada à ambivalência da aceitação, configura um cenário de insegurança afetiva e emocional. A repressão à expressão de gênero e as agressões físicas sofridas em casa evidenciam o exercício da violência direta, enquanto o fingimento de aceitação por parte dos familiares aponta para o silenciamento e a negação da identidade como estratégias de manutenção da ordem heteronormativa.

Por fim, a fuga de casa aos 13 anos e a migração para a cidade de Campinas ilustram a mobilidade forçada como resposta à exclusão e violência, fenômeno documentado em estudos sobre jovens LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Essa trajetória aponta para a necessidade de políticas públicas intersetoriais que considerem as múltiplas dimensões da opressão vivenciada por essa população, promovendo acolhimento, proteção e garantia de direitos.

Diante dos relatos apresentados, torna-se evidente a intensidade e a complexidade das violências vivenciadas por ambas as jovens, tanto no espaço doméstico quanto nos espaços públicos. Essas violências assumem múltiplas formas (física, moral, simbólica e sexual) e se manifestam por meio de insultos, agressões, abusos e da coerção imposta por discursos fundamentalistas de matriz religiosa. Tais experiências evidenciam não apenas a marginalização sistemática das identidades trans, mas também a insuficiência das redes de proteção social e familiar. No entanto, apesar do sofrimento, é notável a presença de uma perspectiva de esperança no discurso das jovens, especialmente em relação à possibilidade de alcançar o reconhecimento de sua identidade de gênero feminina. Esse horizonte de afirmação subjetiva atua como força motriz para a resistência cotidiana, revelando a potência das narrativas trans como formas de enfrentamento e reconstrução de si em contextos marcados pela exclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões desenvolvidas, observa-se que a noção de juventude começou a ser delineada a partir do século XVII, ganhando, desde então, maior visibilidade social e densidade teórica. Com o avanço da urbanização e o surgimento dos grandes centros urbanos, a juventude passou a se manifestar de forma mais plural, revelando uma multiplicidade de experiências, identidades e formas de sociabilidade. Nesse contexto, o conceito de “tribos urbanas” tornou-se uma ferramenta analítica útil para compreender os diferentes agrupamentos juvenis que se organizam em torno de estilos de vida e práticas culturais específicas. Entre as diversas juventudes possíveis de serem investigadas, este artigo concentrou-se em um recorte específico: a juventude LGBTQIA+. Ao longo do texto, buscou-se compreender como questões relativas à sexualidade e à identidade de gênero impactam as relações desses jovens com suas famílias, revelando tensões, silêncios, rejeições e, em alguns casos, possibilidades de ressignificação e acolhimento.

No decorrer do debate, foi possível constatar que a convivência de jovens LGBTQIA+ no ambiente doméstico, especialmente após a revelação de sua sexualidade e/ou identidade de gênero, e em muitos casos antes disso, em geral, é marcada por experiências incômodas, dolorosas e, frequentemente, violentas. Os relatos de acolhimento, aceitação e apoio familiar, aparentemente, mostram-se exceções diante de um panorama majoritariamente excludente. Essa realidade evidencia a persistência de uma hierarquia sexual e de gênero fortemente conservadora, que se sustenta na lógica da cisheteronormatividade. Tal estrutura normativa atua como um dispositivo de controle e repressão das expressões dissidentes de gênero e sexualidade, contribuindo para a marginalização desses jovens no seio familiar e, por consequência, em outros espaços sociais.

Por outro lado, também foram identificadas configurações familiares em que, embora não haja confrontos explícitos ou embates diretos em relação à sexualidade ou identidade de gênero dos filhos, predomina o silêncio diante dessas questões. Esse silêncio torna-se mais significativo quando se trata de sexualidades não-heterossexuais e identidades não-cisgêneras, sendo frequentemente atravessado por discursos indiretos, marcados por referências em terceira pessoa e pela ausência de diálogo direto com os sujeitos LGBTQIA+. Nesse contexto, muitos jovens optam por aderir ao silêncio dos pais como estratégia de convivência, motivados pelo receio de provocar conflitos e desestabilizar as já frágeis relações familiares. Tal dinâmica revela não apenas a invisibilização das dissidências no âmbito doméstico, mas também os limites do que é considerado “tolerável” dentro da normatividade familiar.

Contudo, quando o ambiente familiar se mostra ausente como espaço de acolhimento, é comum que esses jovens busquem construir vínculos afetivos e redes de apoio em outros espaços, especialmente junto a indivíduos que compartilham vivências semelhantes. Nesse

sentido, a juventude LGBTQIA+ encontra, nas redes de sociabilidade e apoio mútuo, não apenas formas de pertencimento, mas também espaços de resistência coletiva frente à exclusão e à normatividade vigente. Essas redes tornam-se fundamentais para a construção da autoestima, da identidade e da segurança subjetiva desses sujeitos. Ademais, vale ressaltar que os jovens, enquanto categoria social, são tradicionalmente reconhecidos como portadores de uma moratória vital, período em que se presume certa suspensão das exigências da vida adulta, sendo também vistos como agentes dotados de energia, criatividade e potencial transformador. No caso dos jovens LGBTQIA+, esse potencial se manifesta, sobretudo, na reconfiguração dos modos de existir e nas formas de insurgência diante das estruturas que os marginalizam.

Diante das reflexões propostas, conclui-se que o processo de aceitação vivenciado por jovens LGBTQIA+ está profundamente condicionado por múltiplas nuances, entre as quais se destacam a qualidade da moratória social e a configuração da estrutura familiar em que estão inseridos. Para aqueles que dispõem de redes amplas de sociabilidade, apoio institucional e famílias com posturas mais liberais, a afirmação da identidade de gênero e da orientação sexual tende a ocorrer de forma menos conflituosa. Em contrapartida, para jovens inseridos em contextos familiares conservadores, marcados por rigidez normativa, ausência de diálogo e vulnerabilidade socioeconômica, o processo de aceitação mostra-se significativamente mais árduo e doloroso, frequentemente atravessado por experiências de rejeição, violência e silenciamento. Tal constatação evidencia a urgência de políticas públicas e práticas sociais que ampliem os espaços de acolhimento e proteção à diversidade, sobretudo no seio familiar e nas instituições sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. G. V. ALMEIDA E PESSOA, V. M., SANTOS MIRANDA, V., & de OLIVEIRA, R. S. Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra? **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, v. 8, n.1, p. 178–204, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rss202410>. Acesso em: 9 jan. 2025

ANDRADE, T. G. V. PESSOA, V. M. A. e, MIRANDA, V. S., & OLIVEIRA, R. S. Qual o lugar da mulher negra nos estudos da academia? Uma investigação da produção stricto sensu sobre a mulher negra no Brasil. **Plural**, v. 31, n. 1, p. 31-50, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2024.224349>. Acesso em: 9 jan. 2025

ARIÉS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BIG BROTHER BRASIL. **Linn da Quebrada**: “Não Sou Homem Nem Mulher, Sou Travesti!” - BBB 22. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bukZ3pzVAcI>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *In*: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

COLEMAN, James. **The Adolescent Society**: the social life of the teenager and its impacts on education. New York, Free Press of Glencoe, 1961.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Capítulo III: A socialidade contra o social. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Florence Universitária, 1998, p. 79-99.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos De Campo**, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v2i2>. Acesso em: 9 jan. 2025.

OLIVEIRA, Leandro de; BARRETO, Thiago Camargo. **Silêncios em discurso**: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad, 2019. p. 318-342.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Muitas palavras**: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. Ponto Urbe [Online], 2007. Disponível: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1203>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Juiz de Fora: Estudos de Psicologia, 2014. Disponível em: www.scielo.br/epsic. Acesso em: 07 jun. 2023.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Joicy Cardoso Da. **Narrativas de Escolarização**: Experiências Familiares E Escolares De Uma Jovem Transexual. Ufpa. 2019.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito**. Mana, 2005, p. 577-591.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 119.

Recebido em: 07/11/2024
Aceito em: 18/07/2025